

Cavan Rocbra
Indústria e
Comércio de
Pré Moldados e
Concreto S/A

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A.
Bacabeira - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Dependência Econômica

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, que descreve o fato de a totalidade das vendas serem destinadas à Vale S.A, com base no 2º Aditivo do contrato de fornecimento de dormentes. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.253	13.585	Empréstimos e financiamentos	11	2.964	10.079
Clientes	5	-	8.734	Debêntures	12	8.749	4.304
Estoques	6	1.411	964	Fornecedores	13	3.365	5.114
Ativo fiscal corrente	7	3.074	4.017	Salários, férias e encargos sociais		983	1.261
Outras contas a receber	8	790	808	Contribuições e impostos a recolher		1.736	1.932
				Provisão para imposto de renda e contribuição social		1.431	2.526
		<u>25.528</u>	<u>28.108</u>	Adiantamento de clientes	14	-	9.210
				Dividendos	15.d	-	2.070
						<u>19.228</u>	<u>36.496</u>
Não circulante				Não circulante			
Mútuo com empresas ligadas	9	99.227	121.370	Empréstimos e financiamentos	11	17.261	-
Depósitos judiciais		285	6	Debêntures	12	4.344	13.057
Imobilizado	10	21.063	23.312	Fornecedores	13	198	396
Intangível		51	143			<u>21.803</u>	<u>13.453</u>
		<u>120.626</u>	<u>144.831</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	15	22.918	17.157
				Reservas de capital	15	66.496	54.459
				Reserva de lucro	15	15.709	51.374
						<u>105.123</u>	<u>122.990</u>
Total do ativo		<u><u>146.154</u></u>	<u><u>172.939</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>146.154</u></u>	<u><u>172.939</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ações)

	Nota	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita Líquida	16	102.846	103.364
Custo das vendas	17	<u>(50.085)</u>	<u>(51.297)</u>
Lucro bruto		<u>52.761</u>	<u>52.067</u>
Despesas administrativas e gerais	18	(9.022)	(9.691)
Depreciação		(344)	(359)
Outras receitas operacionais	19	211	593
Resultado antes das receitas/despesas financeiras líquidas e impostos		<u>43.606</u>	<u>42.610</u>
Receitas financeiras líquidas	20	7.431	6.782
Despesas financeiras líquidas	20	<u>(2.976)</u>	<u>(3.131)</u>
Resultado antes dos impostos		48.061	46.261
Provisão Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	(12.329)	(11.733)
Redução de IRPJ - de incentivo fiscal	21	<u>5.893</u>	<u>5.761</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>41.625</u></u>	<u><u>40.289</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	41.625	40.289
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>41.625</u></u>	<u><u>40.289</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de capital</u>		<u>Reserva de lucros</u>		<u>Lucro (prejuízos acumulado)</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Incentivo Fiscal</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Retenção de Lucros</u>		
Saldos em 01 de janeiro de 2017	11.329	42.495	2.266	27.678	-	83.768
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.289	40.289
Destinação do lucro:						
Transferência para reserva de capital	-	17.793	-	-	(17.793)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.166	-	(1.166)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.067)	(1.067)
Capitalização de Reservas	5.828	(5.828)	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	20.263	(20.263)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	17.157	54.460	3.432	47.941	-	122.990
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	41.625	41.625
Destinação do lucro:						
Transferência para reserva de capital	-	17.797	-	-	(17.797)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.152	-	(1.152)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.134)	(1.134)
Capitalização de Reservas	5.761	(5.761)	-	-	-	-
Dividendos Complementares	-	-	-	(47.941)	-	(47.941)
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(10.417)	(10.417)
Retenção de lucros	-	-	-	11.125	(11.125)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	22.918	66.496	4.584	11.125	-	105.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	41.625	40.289
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	2.817	2.790
Valor residual das baixas do imobilizado	13	-
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias)	2.061	2.851
Juros sobre mútuo - Partes relacionadas	(6.900)	(5.724)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	6.436	5.972
	46.052	46.178
(Aumento) Redução de Ativos		
Contas a receber de clientes	(476)	(7.337)
Estoques	(447)	208
Ativo fiscal corrente	943	480
Outras contas a receber e depósito judicial	(261)	(280)
	(241)	(6.929)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(1.947)	1.889
Salários, férias e encargos sociais	(278)	(110)
Contribuições e impostos a recolher	(196)	(196)
	(2.421)	1.583
Juros pagos	(1.779)	(2.735)
IRPJ e CSLL pagos	(7.531)	(4.849)
	34.080	33.248
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais		
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Adição do ativo Imobilizado	(486)	(160)
Adição do ativo Intangível	(3)	-
	(489)	(160)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Empréstimos e debêntures tomados	30.378	13.000
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.782)	(10.377)
Pagamentos de dividendos e JCP	(14.329)	-
Mútuo - Concedidos	(41.714)	(64.626)
Mútuo - Recebidos	23.524	30.445
	(26.923)	(31.558)
Aumento nas disponibilidades	6.668	1.530
Disponibilidades no início do exercício	13.585	12.055
Disponibilidades no final do exercício	20.253	13.585
	6.668	1.530

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A (“Companhia”) foi constituída em 20 de agosto de 2010 na cidade de Bacabeira, Estado do Maranhão sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com objeto social dentre as atividades principais a industrialização e comercialização de pré-moldados de concreto, especialmente dormentes, bem como outros produtos de pré-moldados de concreto.

Em 15 de setembro de 2010 foi celebrado contrato de fornecimento de dormentes e outros produtos pré-moldados com a empresa Vale S.A. Este contrato junto à Vale foi estimado em um montante de faturamento de R\$ 151.450. Este contrato tinha vigência de sete anos da sua data de assinatura (15 de setembro de 2010) extinguindo-se em 31 de dezembro de 2016 ou até o cumprimento de todas as obrigações, que estão voltadas para produção e disponibilização dos dormentes de acordo com as especificações técnicas definidas em contrato. A Companhia iniciou suas operações comerciais (faturamento) em 17 de julho de 2011.

Em 13 de dezembro de 2013, foi firmado com a Vale S.A. o 2º Aditivo de fornecimento dormentes, passando a ser estimado o contrato no valor de R\$ 723 milhões com término contratual em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 8.388, decorrente principalmente da captação de empréstimo para capital de giro e debêntures, no entanto, com a geração de um EBITDA positivo no exercício de 2018 a Companhia equalizou essa situação. Em 31 de dezembro de 2018 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 27 de março de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A moeda funcional da Companhia é o real.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluída na seguinte nota explicativa:

Nota 10 - Vida útil do imobilizado

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui os seguintes ativos financeiros

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento diário os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessária.

O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase

de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequêntes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas, para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

Prédio e edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos e instalações industriais	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	2 a 5 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Equipamentos de comunicação	5 anos
Ferramentas	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de beneficiamento e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2018.

f. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

k. Receita operacional

Venda de mercadorias (Dormentes)

A receita operacional de venda de mercadorias (Dormentes) é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

l. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre mútuo e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuo, empréstimos e financiamentos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base fiscal) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, de redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com início no ano calendário de 2012 e término em 2021.

Durante a vigência do benefício à Companhia deverá:

- Cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art.14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987);
- Apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício;
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes líquido do incentivo fiscal e são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

p. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto da Companhia estabelece que, no mínimo, 5% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendos adicionais propostos” no patrimônio líquido.

3.1 Novas políticas contábeis

a. CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contrato com Cliente

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30 / IAS 18 Receitas. Os principais impactos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 estão apresentados a seguir:

Obrigações de Desempenho

No contrato com a Vale a Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas vendas e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

O reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Componentes de Financiamento

De acordo com a IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. Em alguns contratos de venda, são recebidos adiantamentos de seus clientes, porém, atualmente a Companhia só possui adiantamentos de curto prazo. A Companhia decidiu usar o expediente prático previsto na IFRS 15 e não ajustará o valor prometido da contraprestação pelos efeitos de componentes de financiamento significativos nos contratos, em que a Companhia espera, no início do contrato, que a transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente, e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço, seja de um ano ou menos. Portanto, para adiantamentos de curto prazo, a Companhia não contará com um componente de financiamento, mesmo que seja significativo.

b. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - instrumento de dívida; VJORA -instrumento patrimonial; ou valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	VJR	20.253	20.253
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	99.227	99.227
Total			119.480	119.480
Passivos				
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.563	3.563
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	20.225	20.225
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	13.093	13.093
Total			36.881	36.881

c. Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

3.2 Pronunciamentos novos ou revisados

A alteração da norma existente a seguir foi publicada e será obrigatória para exercícios contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 01 de janeiro de 2019.

A adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

IFRS 16/ CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1 de janeiro de 2019) substituiu os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, com mais ativos e passivos a serem reportados no balanço patrimonial e um reconhecimento diferente dos custos de arrendamento e interpretações relacionadas, a norma requer que um arrendatário reconheça um direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do mesmo.

A IFRS 16 também exige o reconhecimento de uma taxa de depreciação relacionada aos ativos de direito de uso e uma despesa de juros sobre os passivos de arrendamento, em comparação ao reconhecimento da despesa de arrendamento operacional ou custo de aluguel em uma base linear durante o prazo da locação com base em requisitos prévios. Além disso, a Companhia irá alterar a apresentação do fluxo de caixa, para separar o pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais.

Para arrendamentos e arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor, a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear conforme permitido pela IFRS 16.

A Companhia optará pela adoção retrospectiva completa do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, conseqüentemente, rerepresentará as informações comparativas. Dessa forma, a Companhia aplicou a definição vigente na IAS 17/ CPC 06 (R1), bem como no IFRIC 4 para os contratos de arrendamento introduzidos ou modificados antes de 1º de Janeiro de 2019.

A Companhia avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do IFRS 16 terá em suas demonstrações contábeis. Na transição para o IFRS 16, a empresa estima que reconhecerá R\$ 834 de ativos de direito de uso e R\$ 74 com juros de atualização da obrigação dos pagamentos do arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	16	16
Bancos	4	307
Aplicações financeiras	<u>20.233</u>	<u>13.262</u>
	<u>20.253</u>	<u>13.585</u>

Os saldos de caixa e equivalente de caixa referem-se a caixa em poder da Companhia e depósitos bancários, que estão centralizados em conta movimento no Banco Itaú e Banco do Brasil.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDI, com remuneração equivalente a 20% da taxa média do CDI de um dia. Essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia sem quaisquer descontos ou multa, ou seja, possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Clientes

	31/12/2017	31/12/2017
Clientes - Comerciais	-	8.734
	-	8.734
	-	8.734

6 Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Estoque de produtos acabados	638	199
Estoque de matéria-prima	773	765
	1.411	964
	1.411	964

7 Ativo fiscal corrente

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS a recuperar	167	114
IPI a recuperar	247	265
ISS a recuperar	56	56
COFINS a recuperar	1.497	1.609
PIS a recuperar	311	239
IRPJ a compensar	738	58
IRRF sobre partes relacionadas	-	1.456
IRRF sobre aplicações financeiras	46	208
Outros impostos a compensar	12	12
	3.074	4.017
	3.074	4.017

8 Outras contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Notas de créditos a receber	21	17
Adiantamento a fornecedores	488	587
Despesas antecipadas	26	28
Depósitos cauções	20	20
Outras contas a receber	38	31
Créditos com funcionários	197	125
	790	808
	790	808

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são relativos a operações com partes relacionadas que decorrem de operações de mútuo e garantias de avença - caução da Companhia com sua controladora ou outras partes relacionadas, que estão assim apresentadas:

	Ativo	
	31/12/2018	31/12/2017
Operações de mútuo		
Cime Administração e Participações S.A.	40.163	22.626
Cavan Pré Moldado S.A.	59.064	98.744
	99.227	121.370
	Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita financeira		
Juros sobre mútuos	6.900	5.724

a. Contrato de mútuo

Os contratos de mútuos firmados entre a Companhia e as partes relacionadas possuem prazo indeterminado. Os contratos firmados entre a Companhia e a CIME Administração e Participações S.A. e a Cavan Pré Moldado S.A. possuem remuneração de 6% a.a.

A movimentação do mútuo no período pode ser assim apresentada:

	Saldo 31/12/2017	Mútuo Cedido	IRRF	Juros	Amortização	Saldo 31/12/2018
CIME Administração e Participações S.A	22.626	37.710	(90)	1.425	(21.508)	40.163
Cavan Pré Moldado S.A	98.744	4.004	(1.926)	5.475	(47.233)	59.064
	121.370	41.714	(2.016)	6.900	(68.741)	99.227

Amortização

A amortização de mútuos no valor de R\$ 47.233 da Cavan Pré Moldado S.A. foram realizados através de compensação de dividendos que foram destinados conforme AGOE de 12/06/2018 e AGE de 06/12/2018.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui o presidente e os diretores e contemplam salários, honorários e benefícios variáveis.

	31/12/2018	31/12/2017
Honorários de diretoria	(2.529)	(2.382)

10 Imobilizado

Composição dos ativos imobilizados

	2018			2017
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Prédios e edifícios	20.171	(5.141)	15.030	15.837
Maquinas equipamento e instalações industriais	15.544	(9.979)	5.565	6.870
Veículos	401	(294)	107	70
Móveis e utensílios	179	(97)	82	91
Computadores e periféricos	253	(189)	64	93
Equipamentos de comunicação	141	(91)	50	62
Ferramentas	44	(36)	8	13
Benfeitoria em bens de terceiros	722	(652)	70	276
Construções em andamento	87	-	87	-
	37.542	(16.479)	21.063	23.312

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Prédios e edifícios	20.171	-	-	20.171
Maquinas equipamentos e instalações industriais	15.264	293	(13)	15.544
Veículos	460	78	(137)	401
Móveis e utensílios	170	9	-	179
Computadores e periféricos	247	6	-	253
Equipamentos de comunicação	131	10	-	141
Ferramentas	41	3	-	44
Benfeitoria em bens de terceiros	722	-	-	722
Construções em andamento	-	87	-	87
	37.206	486	(150)	37.542

Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Prédios e edifícios	(4.334)	(807)	-	(5.141)
Maquinas e equipamentos e instalações industriais	(8.393)	(1.586)	-	(9.979)
Veículos	(390)	(41)	137	(294)
Móveis e utensílios	(79)	(18)	-	(97)
Computadores e periféricos	(154)	(35)	-	(189)
Equipamentos de comunicação	(69)	(22)	-	(91)
Ferramentas	(28)	(8)	-	(36)
Benfeitoria em bens de terceiros	(447)	(205)	-	(652)
Total de Depreciação	(13.894)	(2.722)	137	(16.479)
Total do Imobilizado	23.312	(2.236)	(13)	21.063

11 Empréstimos e financiamentos

	Data do contrato	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/2018	31/12/2017
I - Em moeda nacional						
a - Arrendamento mercantil financeiro						
FINAME						
Banco Safra	12/12/2017	15/12/2021	TJLP	10,6% a.a.	165	-
b - Empréstimos bancários						
Cédula de Crédito Bancário						
Banco BBM	06/12/2017	06/02/2018	Spread 5% a.a.	100% do CDI	-	10.079
Banco Itaú	18/12/2018	19/12/2022	Spread 2,8% a.a.	100% do CDI	20.060	-
					20.225	10.079
Circulante					2.964	10.079
Não circulante					17.261	-

O contrato com o Banco Itaú possui cláusulas de *covenants* e prevê o vencimento antecipado, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, se a Companhia deixar de manter durante a vigência do contrato a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA deverá ser menor ou igual a 3,5 vezes, a serem verificados anualmente.

A Companhia tem cumprido com os *covenants* qualitativos e quantitativos durante o ano de 2018, decorrentes dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia.

A movimentação dos empréstimos no período de 2018 pode ser assim apresentada:

	Saldo 31/12/2017	Captação	Juros Incorridos	(Amortização) /Apropriação	Saldo 31/12/2018
FINAME	-	189	14	(38)	165
Empréstimos bancários	10.079	30.189	250	(20.458)	20.060
	10.079	30.378	264	(20.496)	20.225

12 Debêntures

	31/12/2018	31/12/2017
Debêntures - Banco BBM	13.093	17.361
	13.093	17.361
Circulante	8.749	4.304
Não circulante	4.344	13.057

Em 20 de maio de 2016 foi realizado pela Companhia o Instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, com garantia fidejussória, série única, sem opção de repactuação para distribuição pública com esforços restritos no valor original de R\$ 35.000. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as debêntures estão compostas por:

Debêntures	31/12/2018	31/12/2017
Valor original - Banco BBM	13.107	17.486
Juros	36	-
Comissão de colocação das debêntures	(50)	(125)
	13.093	17.361

A movimentação das debêntures no período de 2018 pode ser assim apresentada:

	Saldo 31/12/2017	Juros Incorridos	(Amortização) /Apropriação	Saldo 31/12/2018
Valor original - Banco BBM	17.486	-	(4.379)	13.107
Juros	-	1.722	(1.686)	36
Comissão de colocação das debêntures	(125)	-	75	(50)
	17.361	1.722	(5.990)	13.093
Data de vencimento do passivo Não circulante	2020			

Banco BBM 4.478

A Escritura foi firmada com base nas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas da Companhia realizadas em 02 de maio de 2016, na qual foi deliberada as condições da emissão (“AGE da Emissora”), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

As debêntures possuem os seguintes termos e condições:

- Valor total da emissão é de R\$ 35 milhões, na data da emissão;
- Emissão de 35 debêntures, com valor unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o total de R\$ 35 milhões;
- As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas, e não conversíveis em ações de emissão da Emissora;
- As debêntures são da espécie quirográfaria, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações e conta com garantia fidejussória.
- Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo total ou da decorrência de um evento antecipado, o valor nominal unitário das debêntures será amortizado mensalmente, em 24 parcelas, sendo as 23 primeiras correspondentes, cada uma, a 4,17% e a última parcela equivalente ao saldo do valor nominal unitário.

- O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado monetariamente. As debêntures farão jus a uma remuneração correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 4,0% ao ano, com base em 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa;

Em 19 de junho de 2017 foi firmado o segundo aditamento com base na Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures, na qual foi deliberada alterações de vencimento e amortização das debêntures. As principais alterações do segundo aditamento das debêntures possuem os seguintes termos e condições:

- Prorrogação da data de vencimento das debêntures de 10 de maio de 2018 para 20 de junho de 2020.
- Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo total ou da decorrência de um evento antecipado, o valor nominal unitário das debêntures será amortizado mensalmente, em 36 parcelas, sendo as 12 primeiras correspondentes, cada uma, a 4,17% do valor nominal unitário, as 23 subsequentes correspondentes, cada uma, a 2,085% do valor nominal unitário e a última parcela equivalente ao saldo do valor nominal unitário.

As debêntures e as obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da oferta estão garantidos por fiança prestados pela Cavan Pré-Moldados (controladora) e Guarupart Participações Ltda.

Os recursos captados por meio da oferta fazem parte do planejamento financeiro da Companhia, que foram utilizados para liquidação de contratos que representavam dívidas de curto prazo, com alongamento da dívida com custos menores, aliviando o impacto no fluxo de caixa e reforçando capital de giro da Companhia.

O contrato possui cláusulas de *covenants* e prevê o vencimento antecipado, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- Inadimplemento da Companhia ou fiadora, das obrigações pecuniárias, relativas às Debêntures;
- Invalidade, nulidade ou inexequibilidade da Escritura de Emissão;
- Caso a Escritura seja objetivo de questionamento judicial ou arbitral pela Companhia;
- Cessão, promessa de cessão, ou qualquer forma de transferência, ou promessa de transferência pela Companhia ou fiadoras de suas obrigações sem a anuência dos Debênturistas;
- Insolvência, dissolução, liquidação ou extinção da Companhia ou fiadoras;
- Se ocorrer a transformação da Companhia em qualquer outro tipo societário, de forma que a Companhia deixe de ser uma sociedade anônima;
- Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária.
- Redução do capital social da Companhia, exceto se aprovado previamente por debenturistas.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras, em valor individual ou agregado superior a R\$ 1.000.000,00.

- Distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações;
- Transferência, direta ou indiretamente do controle acionário da Companhia e fiadoras, sem prévia autorização dos debenturistas;
- Alienação ou perda de ativos em montante superior a 10% do ativo total e perda de parte do patrimônio em montante superior a 10% do patrimônio líquido.

A Companhia tem cumprido com os covenants qualitativos e quantitativos durante o ano de 2018, decorrentes dos contratos de debentures celebrados pela Companhia.

13 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	2.122	3.483
Fornecedores estrangeiros	114	245
Outras contas a pagar	1.326	1.781
	<u>3.562</u>	<u>5.510</u>
Circulante	3.365	5.114
Não circulante	198	396

Estão registrados nesta rubrica os saldos em aberto com fornecedores de prestação de serviços e matéria prima.

14 Adiantamento de clientes

O contrato de venda de mercadorias firmado entre a Vale S.A. e a Companhia previa que fosse adiantado pela Vale S.A. o montante de R\$ 30.290, equivalente a 20% do valor total do contrato firmado entre as partes, que foi efetuado em dezembro de 2010.

Em 13 de dezembro de 2013 foi assinado o 2º aditivo contratual onde foi liberado o adiantamento no montante de R\$ 33.500, pagos em 13 de dezembro de 2013 e 17 de março de 2014.

O adiantamento de clientes foi amortizado linearmente com base no volume de faturamento e com base no prazo inicial de término de contrato, que era previsto para 31 de dezembro de 2018, com uma retenção de 9,79% do valor faturado para abatimento do saldo de adiantamento de clientes.

15 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social em 31 de Dezembro de 2018, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 12 de junho de 2018 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital no valor de R\$ 5.761 originados da Reserva de Incentivos Fiscais, totalizando o capital social no valor de R\$ 22.918 representado por 10.000 ações assim distribuídas:

	Quantidade de ações
Cavan Pré Moldado S.A.	8.000
Rocbra Participações e Empreendimentos Ltda.	2.000
	10.000

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, atendido em 31 de dezembro de 2018.

Reserva de retenção de lucros

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas. O saldo da conta de reserva de lucros ficará disponível para deliberação da assembleia.

c. Reserva de capital

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia requereu à SUDAM utilização do benefício da redução por reinvestimento de 75% do imposto de renda devido para o projeto de complementação de equipamento da Companhia, de que trata o artigo 32 da Lei nº 11.196/2005, artigos 5º e 13º do Regulamento de Incentivo Fiscais Administrados pela SUDAM. O benefício fiscal foi concedido em 2012 com fruição por 10 anos.

Em novembro de 2011, a Companhia passou a usufruir os benefícios fiscais previstos na Lei nº 9.129/10 que permite a utilização de 75% do ICMS próprio no momento da apuração durante o prazo de 15 anos.

d. Dividendos

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro Líquido do Exercício	41.625	40.289
Reserva de Capital (Incentivo de Redução do ICMS)	(11.904)	(12.032)
Reserva de Capital (Incentivo de Redução do IRPJ)	(5.893)	(5.761)
Reserva Legal	(1.152)	(1.166)
Lucro Líquido Ajustado	22.676	21.330
Dividendos mínimos obrigatórios	1.134	1.067

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

Em 12 de junho de 2018 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1.067 relativo ao exercício de 2017.

Em 10 de setembro de 2018 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos complementares no valor de R\$ 13.933 relativo à conta de Reserva de Lucros.

Em 6 de dezembro de 2018 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos complementares no valor de R\$ 34.009 relativo à conta de Reserva de Lucros e a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 11.551 relativo à resultado intermediário de junho de 2018, montante no qual inclui os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018.

16 Receita

Conforme pode ser observado no contexto operacional, a fonte da receita de vendas da Companhia está concentrada exclusivamente com o cliente Vale S.A., através de contrato firmado entre as partes com vencimento previsto em contrato para 2021.

	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	113.792	112.732
Deduções		
PIS	(428)	(166)
COFINS	(1.971)	(764)
ICMS	(20.452)	(20.253)
(+) Incentivo Fiscal ICMS	11.905	12.031
Vendas Canceladas	-	(216)
Receita operacional líquida	<u>102.846</u>	<u>103.364</u>

17 Custos das vendas

	31/12/2018	31/12/2017
Gastos gerais de fabricação	(10.742)	(11.740)
Custo de mão-de-obra	(8.343)	(9.628)
Consumo de matéria prima	(28.527)	(27.506)
Depreciação	(2.473)	(2.423)
	<u>(50.085)</u>	<u>(51.297)</u>

18 Administrativas e gerais

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com pessoal		
Salários e ordenados	(2.081)	(2.182)
Encargos sociais	(776)	(956)
Benefícios	(670)	(570)
	<u>(3.527)</u>	<u>(3.708)</u>
Despesas administrativas		
Serviço de terceiros	(545)	(1.347)
Despesas com viagem e transporte	(270)	(343)
Despesas impostos e taxas	(71)	(325)
Despesas prediais	(645)	(703)
Despesas c/aluguel de veículos e combustível	(60)	(66)
Outras despesas	(1.070)	(586)
	<u>(2.661)</u>	<u>(3.389)</u>
Despesas comerciais		
Despesas comerciais	(305)	(231)
	<u>(305)</u>	<u>(231)</u>
Honorários de diretoria	(2.529)	(2.382)
Total despesas administrativas e gerais	<u>(9.022)</u>	<u>(9.691)</u>

19 Outras receitas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas operacionais		
Ressarcimento de despesas	21	504
Outras receitas	135	4
Receitas de aluguel	55	85
	<u>211</u>	<u>593</u>
Total de outras receitas operacionais	<u>211</u>	<u>593</u>

20 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receita financeira		
Juros sobre mútuo	6.900	5.724
Descontos obtidos	35	9
Receita aplicação financeira	462	1.013
Variação monetária	34	36
	<u>7.431</u>	<u>6.782</u>
Despesa financeiras		
Juros sobre empréstimo bancário	(250)	(120)
Juros sobre debêntures	(1.722)	(2.534)
Despesas bancárias	(70)	(15)
Despesas fianças bancárias	(6)	(34)
Comissão com colocação das debêntures	(75)	(193)
Juros de leasing	-	(4)
Juros de finame	(14)	-
Juros e mora pagos	(10)	(35)

IOF sobre operações financeiras	(447)	(140)
Outros	(38)	(56)
	(2.976)	(3.131)
Resultado financeiro líquido	4.455	3.651

21 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes dos impostos	48.061	46.261
I - Valor base IRPJ e CSLL	16.317	15.705
Alíquota 15% IRPJ e 9% CSLL	11.535	11.103
Alíquota adicional 10% IRPJ com redução de R\$ 240	4.782	4.602
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas		
Adições permanentes		
Doações	-	3
Gratificação a dirigentes	141	147
Depreciação de Leasing	52	57
Apropriação da Comissão de coloc. das debêntures	26	66
Exclusões permanentes		
Incentivo fiscal - ICMS	(4.048)	(4.091)
Incentivo fiscal - IRPJ	(5.893)	(5.761)
Incentivo fiscal - PAT	(159)	(127)
Pagamentos de leasing	-	(27)
III - Taxa efetiva		
Despesa com imposto de renda e contribuição social	6.436	5.972
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.329	11.733
Redução de imposto de renda - Incentivo fiscal	(5.893)	(5.761)
IRPJ e CSLL ajustado (I+II)	6.436	5.972
Alíquota efetiva	13%	13%

22 Instrumentos financeiros

22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

22.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos e financiamentos, Debêntures, dividendos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar)

1º emissão de debêntures: O valor justo para as debêntures não possui diferença para o saldo contábil, uma vez que o valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site do Pentagono Trustee, é o valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 31 de dezembro de 2018.

22.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia classificou como Nível II os saldos de equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures.

22.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

22.4.1 Risco de crédito

a. Clientes

Devido a Companhia ter como único cliente a Vale S.A, a Companhia entende que não possui risco de incorrer em perdas decorrentes a esta contraparte em um instrumento financeiro decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco que a Companhia apresenta, está associado basicamente ao saldo entre partes relacionadas devido os mesmos terem sido formalizados em condições específicas e em montantes significativos, mantidas pelo seu valor original e sem prazos previstos para liquidação. Essas operações poderiam resultar em valores diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

b. Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido. A exposição máxima ao risco de crédito dos títulos de dívida classificados como mantidos até o vencimento em aplicações domésticas. Os recursos

financeiros aplicados no mercado financeiro são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que possuam liquidez no mercado.

22.4.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

22.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos

22.4.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento, empréstimos e debêntures estão vinculados a variação do CDI.

22.4.5 Risco de preço dos produtos vendidos e dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos vendidos pela Companhia e dos insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Análise de sensibilidade

Instrumentos financeiros não derivativos, estão expostos a variações no valor justo como resultado da flutuação da taxa de juros (CDI). As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção de riscos

A Companhia identificou apenas um risco de mercado que mais fortemente afetam o valor dos seus instrumentos financeiros: Taxa de juros (CDI).

(ii) Seleção de cenários

Para cada um dos quatro riscos acima mencionados, foram considerados três cenários de valorização (desvalorização). O primeiro cenário usa uma taxa de base, que é a taxa de mercado na data do balanço, extraída com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2018. Além deste cenário, o CPC 39 - “Instrumentos Financeiros - Apresentação”, requer a apresentação de cenários de riscos possível e remota de deterioração.

Os possíveis cenários remotos consideram variações de 25% e 50%, respectivamente, da variável de risco relevante em relação à taxa base.

A análise de sensibilidade de variações nos encargos sobre dívida dos empréstimos e debêntures

	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2018	Desvalorização		Provável	Valorização	
				Remoto (-50%)	Possível (-25%)		Possível (+25%)	Remoto (-50%)
				3,25%	4,88%	6,50%	8,13%	9,75%
Empréstimos	CDI +	2,8%	20.225	657	987	1.315	1.644	1.972
Debêntures	CDI +	4%	13.093	426	639	851	1.065	1.277

A análise de sensibilidade de variações nos rendimentos de aplicações financeiras

	Indexador	Posição em 31/12/2018	Desvalorização		Provável	Valorização	
			Remoto	Possível		Possível	Remoto
			(-50%)	(-25%)		(+25%)	(-50%)
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI +	20.253	3,25% 658	4,88% 988	6,50% 1.316	8,13% 1.647	9,75% 1.975

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia são de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

23 Demonstrações dos fluxos de caixa

Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Efeito Caixa	Efeito não Caixa Adições / Baixas	Saldo em 31/12/2018
Aumento (diminuição) de atividades de financiamento				
Dividendos	2.070	(14.329)	12.259	-
Debêntures	17.361	(6.065)	1.797	13.093
Empréstimos e Financiamento	10.079	9.882	264	20.225
Mútuos	121.370	(18.190)	3.953	99.227
	<u>150.880</u>	<u>(28.702)</u>	<u>18.273</u>	<u>132.545</u>

24 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vale refeição.

* * *

Guilherme Martins de Godoy Pereira
Diretor

Pedro Massucato
Diretor

Anderson Silva Lira
Contador CRC-1SP219971/O-5